

# Cargos, prêmio para os que não se reelegeram

O ex-líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre, e o ex-primeiro presidente da Câmara, Haroldo Sanford, derrotados nas últimas eleições, são os mais novos assessores do atual primeiro secretário da Casa, deputado Paes de Andrade, também do PMDB. Eles foram contratados para exercer cargos de confiança, um DAS-3, com uma remuneração média de, aproximadamente, Cz\$ 20.000,00. Como o cargo é de confiança, ambos deverão deixar a função com o término do mandato do primeiro secretário, em fevereiro de 89.

Advogado, jornalista e escritor, o ex-deputado paulista Freitas Nobre receberá Cz\$ 7.410,00 de vencimentos, mais Cz\$ 6.298,00 de representação, acrescidos de 80% de gratificação de função, o que deve somar entre Cz\$ 20.000,00 e Cz\$ 22.000,00 dependendo do número de sessões realizadas na Câmara. Haroldo Sanford, engenheiro, receberá valores iguais.

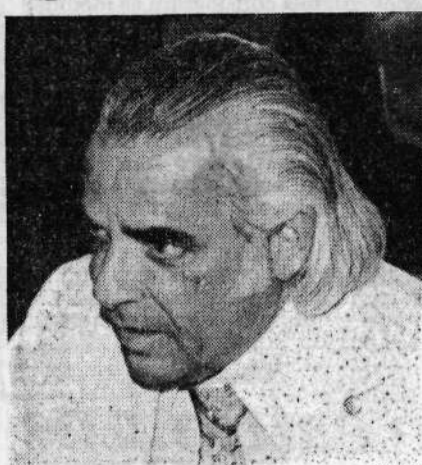
O primeiro secretário da Câmara, Paes de Andrade, explicou que só nomearia para o cargo de assessor pessoa com comprovada capacidade técnica para exercê-la e formação universitária, como exige a lei. Disse, porém, que jamais indicaria para tal função pessoa de sua família. Conforme Paes de Andrade, os dois ex-deputados ficarão encarregados de emitir pareceres técnicos sobre matéria jurídica e administrativa.

Embora as nomeações não tenham sido publicadas no diário do Congresso, outros ex-parlamentares poderão ser aproveitados em funções semelhantes. A diretoria-geral da Câmara não informou quando ex-deputados serão contratados, pois os processos de nomeação ainda estão tramitando. O ex-deputado José Linhares, por exemplo, que foi afastado do cargo de assessor técnico, função que exercia na 2ª vice-presidência, deverá ser reaproveitado em outro cargo, ainda não definido.

## SENADO

Além do ex-senador Passos Porto, que foi nomeado diretor-geral do Senado pelo seu atual presidente, senador Humberto Lucena, os ex-senadores Gilvan Rocha, de Sergipe, e Evandro Carreira, do Amazonas, foram também aproveitados em funções administrativas na Casa. Ambos foram nomeados pelo então presidente da Casa, senador Jarbas Passarinho. Gilvan Rocha é assessor no Serviço Médico, enquanto Evandro Carreira exerce função semelhante no Prodasen — Serviço de Processamento de Dados do Senado.

O Senador Humberto Lucena explicou ter indicado Passos Porto para a diretoria-geral porque ele tem, além de qualificações, condições de pacificar os vários grupos em que se divide a administração da Casa, o que, segundo ele, "já aconteceu".



Haroldo Sanford

10/583



Freitas Nobre

20/885

## Um andar para o "lobby"

### BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Muito bem instalados no Congresso Nacional, os militares não terão muitas dificuldades para realizar o seu lobby na Constituinte, pelo menos do ponto de vista do conforto físico. Enquanto os assessores parlamentares dos ministérios civis circulam pelos salões e corredores do Congresso, por falta de escritórios, os assessores militares ocupam um andar inteiro do anexo-1 do Senado, com amplas salas e confortáveis móveis.

O andar ocupado pelos assessores parlamentares dos Ministérios do Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado Maior das Forças Armadas tem toda uma infra-estrutura montada exclusivamente para a instalação dos assessores. Segundo o comandante Luiz Paulo Reguffe, assessor parlamentar do ministro da Marinha, todo este aparato criado para os militares existe desde 1969 e nada foi modificado nesse período. Ele garante que na Assessoria da Marinha trabalham apenas seis funcionários do Ministério.

A verdade é que esse confortável andar ocupado pelos lobistas militares pode ser visto como um agradável quartel general, de onde eles poderão obter dos constituintes a manutenção do seu papel de defesa da ordem interna na futura Constituição, atribuição que eles defendem e fazem questão de revelar. Apenas alguns dos ministérios civis têm os seus assessores parlamentares devidamente instalados no Congresso, mas mesmo assim o espaço físico destinado a eles não é tão amplo e confortável como o dos militares.

"Se os outros ministérios não têm assessores instalados no Congresso é porque não têm nenhum interesse em defender suas causas. Nós estamos instalados desde o início de Brasília e sempre demonstramos interesse em conservar este espaço", disse um oficial da Marinha que trabalha na assessoria. Hoje, no entanto, será muito difícil alojar os assessores parlamentares de todos os ministérios no Congresso, uma vez que há uma grande disputa pelo espaço físico.

## Constituinte definirá salários

### BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O regimento interno da Constituinte é que vai determinar a equiparação dos salários parlamentares aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, segundo informou ontem o autor da proposta, deputado Paulo Mincarone (PMDB-RS), 2º Vice-presidente da Câmara. A medida deverá ser incluída, depois, no texto da futura Constituição, caso seja aprovada pela Assembleia.

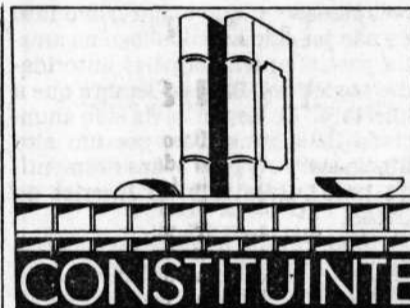
Mincarone explicou que a medida depende, apenas, da aprovação da bancada do PT, que deverá se reunir hoje, em Brasília, para tratar do assunto. Os demais partidos, segundo ele, aprovaram integralmente. O regimento interno vai determinar que os salários dos constituintes fiquem equipados aos do Supremo até a promulgação da nova Constituição.

O novo texto constitucional, conforme salientou Paulo Mincarone, vai regular de forma definitiva a matéria, com a repetição da norma provisória do regimento interno. "Os parlamentares de todos os partidos estão cien-

tes de que esta é a única forma de se restabelecer a dignidade desse parlamento, acabando com as especulações e os vexames a que somos submetidos diariamente", salientou o deputado.

Além do salário básico de um ministro do STF, de Cz\$ 36.250,00, os parlamentares terão, ainda, mais cem MVR — Maior Valor de Referência — por mês, o que equivale hoje a Cz\$ 32.838,00. Esse valor também é percebido pelos ministros do Supremo, segundo informou Mincarone, na composição de seus salários. "Nós não queremos as mansões destinadas aos ministros do Supremo, os dois carros com motoristas, nem qualquer outra mordomia, queremos apenas um salário condigno e igual ao de outro poder", acrescentou o deputado.

Segundo assessores da Câmara, além desse montante em dinheiro, Cz\$ 69.088,00, resultante da soma do salário básico do Supremo e das cem MVR, os parlamentares continuarão tendo direito às cotas de quatro passagens aéreas por mês, a uma cota telefônica e outra de telefone, pagas diretamente pela Câmara.



## Sant'Anna desmente barganha

### BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

"Cargos? Isso não é comigo." Foi assim que o líder da maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, reagiu ontem ao ser indagado se as negociações que realiza com vistas à formação de nova base de sustentação para o governo envolve, de alguma forma, a distribuição de cargos nos escalões intermediários da administração federal.

Carlos Sant'Anna explicou também que, nas conversas que vem mantendo com os parlamentares, essa questão ou a da reforma ministerial não são colocadas. "Pelo que sei, não há idéia de reforma ministerial até agora", acrescentou. Ele lembrou ter desenvolvido trabalho de articulação semelhante, com vistas à eleição de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral, e não utilizou a distribuição de cargos para angariar apoios.

A uma observação de que agora a situação é diferente, pois na época da candidatura de Tancredo Neves o que se visava era o fim do regime militar, o deputado Carlos Sant'Anna observou que o objetivo agora é a consolidação da democracia. "Estamos vivendo uma época de transição e é um equívoco pensar que ela é plena. A consolidação dessa conquista passa pela estabilidade política da Nova República", frisou o líder governista.

Outros peemedebistas, que não quiseram ser identificados, acreditam que as negociações atribuídas ao líder Carlos Sant'Anna devem incluir a distribuição de cargos e, possivelmente, até ministérios, caso contrário, argumentam, "ele não teria poder de barganha".

O coordenador da bancada do PMDB da Bahia, deputado Jutahy Júnior, contestou a versão, afirmando que esse tipo de distribuição de cargo não surte efeito, pois o governo precisaria de um emprego para dar a cada constituinte, com vistas a obter apoio para as propostas do seu interesse. Também o líder do PMDB, deputado Carlos Henrique, negou a notícia, afirmando que o PMDB não negocia "no miúdo".

O presidente e líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva (SP), afirmou que acha justo a Mesa da Constituinte tomar providências a respeito do programa Hebe Camargo com críticas aos constituintes, mas ele acha também que a opinião pública "não aprova certas coisas que acontecem por aqui. Acho correto Ulysses Guimarães procurar examinar o que foi dito no programa da Hebe contra a Constituinte e contra os deputados e senadores constituintes. Mas essas notícias envolvendo deputados e senadores também devem merecer preocupação. Ou não?", indagou.